

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-01-11

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Crispim, D. A. A. & Pais, C. A. F. (2018). Voluntary audit and earnings management: the case of small Portuguese companies. In 13th Iberian Conference on Information Systems and Technologies, CISTI 2018. Caceres: IEEE.

Further information on publisher's website:

10.23919/CISTI.2018.8399438

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Crispim, D. A. A. & Pais, C. A. F. (2018). Voluntary audit and earnings management: the case of small Portuguese companies. In 13th Iberian Conference on Information Systems and Technologies, CISTI 2018. Caceres: IEEE., which has been published in final form at <https://dx.doi.org/10.23919/CISTI.2018.8399438>. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

# Auditoria voluntária e a gestão dos resultados: o caso das pequenas empresas portuguesas

## *Voluntary audit and earnings management: the case of small Portuguese companies*

Daniela Alexandra Almeida Crispim  
Departamento de Contabilidade, ISCTE-IUL  
Lisboa, Portugal  
daniela\_alexandra\_crispim@iscte-iul.pt

Cláudio António Figueiredo Pais  
Departamento de Contabilidade, ISCTE-IUL  
Lisboa, Portugal  
cafps@iscte-iul.pt

*Resumo* — Nalgumas pequenas empresas portuguesas a auditoria é obrigatória enquanto noutras é voluntária, e o nosso objetivo é verificar se a adoção voluntária de auditoria melhora a qualidade dos resultados. Partindo de uma amostra de pequenas empresas portuguesas para os anos de 2007 a 2014 analisamos se a adoção voluntária de auditoria reduz a gestão de resultados e assim aumenta a qualidade dos resultados. As pequenas empresas podem manipular os resultados por exemplo para reduzir o imposto sobre o rendimento a pagar ou para obter empréstimos e também reduzir a taxa de juro desses empréstimos. As pequenas empresas são uma parte importante dos negócios, quer em termos de emprego e de número. A auditoria voluntária também não é um tema muito estudado. Os resultados indicam que a adoção voluntária de auditoria não reduz a gestão de resultados, e assim não aumenta a qualidade dos resultados. Estes resultados podem dever-se ao facto de se tratar de empresas pouco visíveis e portanto os auditores podem não alocar tantos recursos na auditoria.

*Palavras Chave* – gestão dos resultados, acréscimos discricionários, auditoria voluntária.

*Abstract* — In some small Portuguese companies the audit is required while in others companies the audit is voluntary, and our goal is to verify if the voluntary adoption of audit improves the earnings quality. Starting from a sample of small Portuguese companies for a period from 2007 up to 2014 we analyze if the voluntary adoption of audit reduces the earnings management and therefore increases the earnings quality. The small companies can manipulate the earnings for example for reducing the income taxes to pay or to finance as also reducing the interest rate of those finance. The small companies are an important part of businesses, either in terms of employees and number. The voluntary audit is not very studied subject. The results suggest that the voluntary adoption of audit do not reduce the earnings management, and thus do not increase the earnings quality. These results may be due to the fact these companies are not visible and therefore the audit firms could not allocate as much resources to the audit.

*Keywords* – earnings management, discretionary accruals, voluntary audit.

### I. INTRODUÇÃO

A confiança nas demonstrações financeiras das empresas é maior, os erros são menores e a exigência é maior se estas são auditadas [10]. A auditoria reduz os conflitos de interesses, no caso das pequenas empresas, entre os gestores e os credores (mutuantes) e o estado, pois pretende garantir que a informação é apresentada de forma correta, livre de erros e de fraude [58]. O impacto da auditoria voluntária pode ser analisada na qualidade dos resultados ou no custo dos juros [9] [16] [20] [29] [31] [39]. [10] e [31] encontram evidência de que a auditoria voluntária reduz a gestão de resultados porque os auditores são conservadores no relato financeiro. [16], [20], [29] e [39] concluem que o custo da dívida é menor em empresas auditadas do que nas empresas que não o são. Também [20] e [46] concluem que o rating de crédito de empresas auditadas é melhor do que de empresas não auditadas.

Contudo, a auditoria no caso de pequenas empresas pode não ser benéfico, pois as transações não são complexas, não há separação entre a posse e a gestão e o custo de auditoria pode sobrecarregar os custos totais das empresas [50]. Os resultados quanto ao efeito da auditoria na qualidade dos resultados são contraditórios, nalguns casos e nalguns países a auditoria aumenta a qualidade dos resultados (principalmente nos Estados Unidos da América (EUA)), enquanto noutras casos e países (principalmente na Europa) nada se pode concluir quanto ao efeito da auditoria na qualidade dos resultados [16] [20] [29] [39] [45].

Os estudos de empresas cotadas não se podem porventura generalizar a empresas não cotadas, pois estas diferem bastante das primeiras [44]. Os incentivos nas empresas não cotadas para apresentar demonstrações financeiras de alta qualidade são mais fracos, não há (ou há menos) conflitos de agência entre os

proprietários e a gestão, mas mais conflitos entre proprietários majoritários e minoritários e entre proprietários e credores e autoridades fiscais [44]. Para além de que, as partes interessadas no caso de pequenas empresas, podem obter informação de outras fontes em vez de usarem as demonstrações financeiras [31].

As pequenas e médias empresas representam mais de 95 por cento das empresas no mundo (em Portugal mais de 99 por cento) e são responsáveis por mais de 65 por cento do emprego [32] [33], contribuindo de forma significativa para a criação de emprego, inovação tecnológica e produção económica quer em países em desenvolvimento quer em países desenvolvidos [8].

Face à sua importância, quer das pequenas empresas quer do efeito da auditoria na qualidade dos resultados, bem como dos resultados inconclusivos da literatura relacionada, o objetivo deste estudo é analisar se auditoria voluntária aumenta a qualidade dos resultados das pequenas empresas portuguesas.

O presente estudo contribui para a literatura ao estudar pequenas empresas que são as mais importantes no mundo. Face ao inúmeros estudos dos EUA este estudo centra-se num país Europeu que tem características próprias, como por exemplo ser um país que se enquadra no sistema da Europa continental de [52] em que a proteção do investidor é fraca [42]. Países com forte proteção do investidor apresentam menos gestão de resultados, pois há uma maior proteção das minorias, o capital também está mais disperso [1] [42] [43] [47] [51] [56]. A procura de qualidade em auditoria é maior em países onde a proteção ao investidor é superior e onde o ambiente legal é mais forte [28] [54], para além de que em países em que o risco de litigância é baixo as firmas de auditoria podem não fornecer auditorias de elevada qualidade [36].

Este estudo tem por base pequenas empresas e não cotadas, por isso as firmas de auditoria que auditam as suas demonstrações financeiras são na sua maioria de pequena dimensão e não são *Big 4*<sup>1</sup>. Se a proteção do investidor e o sistema legal são ambos fracos, as diferenças de qualidade entre as grandes e as pequenas firmas de auditoria tende a diminuir, pois o risco de litigância é fraco [54]. Se as empresas optam voluntariamente por ter as suas demonstrações financeiras auditadas é porque há um incentivo, tal como por imposição do grupo, aumento da qualidade da informação contabilística, aumento da fiabilidade da informação prestada o que pode indicar que qualidade dos resultados aumenta que é isso que acontece no Reino Unido (RU) [11].

Uma outra contribuição é alargar a literatura acerca das pequenas empresas serem ou não auditadas. Pois, a estratégia da União Europeia (EU) é reduzir os custos de contexto das pequenas empresas e não é obrigatório que estas tenham as suas demonstrações financeiras auditadas [22]. E portanto, é importante estudar se a auditoria voluntária limita a gestão de resultados das pequenas empresas, para além de que os estudos são escassos [20] [31] [45] e assim complementamos esses estudos.

Este estudo também contribuiu para a literatura quanto à relação entre a qualidade da auditoria e a gestão de resultados em pequenas empresas [3] [50] [53].

O estudo tem como amostra as pequenas empresas portuguesas, que adotam de forma voluntária ter as demonstrações financeiras auditadas, para o período de 2007 e 2014. Os resultados permitem concluir que a adoção voluntária de auditoria não tem efeitos na qualidade dos resultados, o que pode acontecer, pois tratando-se de pequenas empresas o efeito da auditoria não é significativo, e a probabilidade de litigância é menor no caso das pequenas empresas [49].

Após esta introdução o estudo encontra-se organizado como se segue. A seção 2 apresenta a literatura relacionada com empresas não cotadas, quanto à qualidade dos resultados e à auditoria voluntária. A seção 3 apresenta a metodologia, no que concerne à amostra, às hipóteses de investigação e ao desenho da investigação. Na seção 4 apresentam-se os resultados e a sua análise. Na seção 5 apresentam-se as conclusões.

## II. REVISÃO DA LITERATURA

Para [35] a auditoria permite o controlo e a monitorização das atividades de uma organização, reduzindo os problemas de agência quando há separação entre a gestão e a posse, embora não elimine a gestão dos resultados. Desta forma, a auditoria serve para verificar a veracidade da informação das demonstrações financeiras bem como para reduzir os conflitos de agência. [13] define qualidade de auditoria como a probabilidade do auditor descobrir distorções materiais e da probabilidade destas serem reportadas. Este modelo multidimensional da definição de qualidade de auditoria é também usado por [24] em que refere que uma auditoria tem qualidade elevada se as normas de contabilidade são usadas e validadas pelos auditores e quando o relatório de auditoria é emitido com uma opinião correta, ou seja todos os erros são detetados.

A qualidade de auditoria pode ser mensurada através da dimensão da firma de auditoria [9] [13], honorários [7], especialização do auditor na indústria [2] [13] [27], e rotação do auditor [46].

### A. Empresas não cotadas

As empresas não cotadas, mais concretamente as pequenas empresas têm a posse mais concentrada, têm mais propriedade por parte da gestão e assim a posse tem um papel mais ativo na gestão [57]. Também operam num ambiente informativo mais pobre, divulgam menos informação não financeira, as suas demonstrações financeiras são menos escrutinadas, têm menos pressão para contratar auditores de melhor qualidade e as suas demonstrações são mais influenciadas pela fiscalidade [1] [7] [12] [30] [55]. Os conflitos de interesses existem mais entre os proprietários e os credores e autoridades fiscais e menos entre os proprietários e a gestão, visto não haver uma distinção tão clara entre a posse e a gestão [56]. Por isso a conclusão de [6] e [34] que a adoção de auditoria em pequenas empresas não acrescenta valor à qualidade da informação prestada, na medida em que o gestor e o investidor são a mesma pessoa. Por outro lado, [46] referem que as pequenas empresas não recorrem a auditoria com

<sup>1</sup> Inclui a PricewaterhouseCoopers, a Deloitte, a KPMG e a Ernst & Young.

o objetivo de aumentar a qualidade da informação, mas sim provocar a percepção de que o risco da empresa é menor junto dos bancos.

As motivações para uma pequena empresa adotar voluntariamente auditoria não se deve a reduzir custos de agência, ou seja, mostrar que as demonstrações financeiras estão livres de erros materiais ou que os gestores estão a abster-se de beneficiar em detrimento de outras partes interessadas, mas por exemplo aumentar a conformidade com restrições legais [40] e ter acesso a competências em contabilidade, fiscalidade e outras de gestão visto não estarem disponíveis internamente por não terem capacidade para pagar a empregados com essas competências [44].

Na perspetiva da oferta de auditoria e na auditoria a pequenas empresas, a firma de auditoria normalmente é pequena, bem como a equipa de auditoria. As pequenas empresas não sendo conhecidas ou visíveis, o risco da reputação do auditor e o risco de litigação é baixo, e assim o incentivo para providenciar auditoria de mais qualidade é menor. Por outro lado, com equipas de auditoria pequenas há uma transferência de serviços não de auditoria para a auditoria o que aumenta a qualidade da auditoria [44]. Resumindo, a qualidade de auditoria pode depender muito mais da experiência, competência, julgamento e integridade do auditor individual responsável.

#### B. Qualidade dos resultados

Audidores de alta qualidade promovem a qualidade do relato financeiro, por exemplo reduzindo a gestão de resultados [44]. [5] concluem, que de forma genérica, as empresas não cotadas têm mais gestão de resultados, pois não são tão controladas nem estão sujeitas a auditoria ou estando, esta não é tão pormenorizada. Por sua vez, [1] encontram evidência de que o mercado exige melhor qualidade da informação financeira às empresas cotadas do que às empresas não cotadas, porque há mais assimetria de informação nas empresas cotadas.

Nos EUA existe evidência de que a qualidade de auditoria medida pela dimensão do auditor, honorários e especialização reduzem a gestão de resultados [9] [23] [26] [27].

[3] não encontram qualquer evidência, para empresas belgas, de que empresas auditadas por firmas de auditoria *Big 4* fazem menos gestão de resultados, contudo já [57] encontram evidência de que as *Big 4* reduzem a gestão dos resultados, mas apenas em países em que há um forte alinhamento entre o resultado contabilístico e o lucro tributável (Bélgica, França, Finlândia e Espanha) e não em países em que há pouco alinhamento entre o resultado contabilístico e o lucro tributável (Reino Unido (RU) e Holanda). O incentivo para as *Big 4* reduzirem a gestão dos resultados em empresas de países com forte alinhamento entre o resultado contabilístico e o lucro tributável é que há um maior escrutínio pelas autoridades fiscais, e a probabilidade de detetar falhas na auditoria é maior. [50] para empresas cotadas espanholas não encontram evidência que se auditadas por firmas *Big 4* haja menor gestão de resultados.

[53] analisam o efeito de algumas *proxies* da qualidade da auditoria na gestão de resultados de empresas francesas e encontram evidência de que a presença de um comité de auditoria (mas não a sua independência) refreia a gestão de

resultados para cima, e que a presença de uma firma *Big 5* não tem influência na gestão de resultados.

#### C. Auditoria voluntária

[20] e [45] aproveitando a alteração no RU em que a auditoria deixou de ser obrigatória e passou a ser voluntária, encontram evidência, para as empresas que continuaram a ter as suas demonstrações auditadas, de que a sua cotação de crédito aumenta em virtude do sinal positivo de continuarem a ter auditoria. Contrariamente, as empresas que deixaram de ter as suas demonstrações financeiras auditadas, sofreram diminuições na sua cotação de crédito.

[48] verifica o papel da auditoria às demonstrações financeiras nas decisões de preço dos mutuantes em empresas não cotadas dos EUA. Conclui que as empresas auditadas conseguem uma taxa de juro média mais baixa em 64 pontos base comparada com a taxa de empresas não auditadas, o que confirma que a auditoria influencia a decisão do preço dos mutuantes. E essa influência da auditoria não é só um sinal de credibilidade das demonstrações financeiras, mas sim de facto uma melhoria da qualidade da contabilidade, pois encontra evidência de que as demonstrações financeiras auditadas são melhores preditores dos futuros fluxos de caixa.

[31] para empresas espanholas analisam se a auditoria é um impedimento para a gestão de resultados, a relação entre auditoria obrigatória e voluntária e se a qualidade de auditoria mensurada pela dimensão do auditor (*Big 4*, próximos *Big 4* e os outros) significa diferenças no nível de gestão de resultados. Encontram evidência que as empresas auditadas têm menor gestão de resultados, que a auditoria voluntária também restringe a gestão de resultados mas numa menor extensão do que a auditoria obrigatória, mas não encontram evidência de que a dimensão do auditor reduza a gestão dos resultados.

[49] analisando as empresas da Malásia que adotam voluntariamente auditoria concluem que a percepção dos proprietários é de que a auditoria voluntária melhora a qualidade das suas demonstrações financeiras.

Quanto aos determinantes para a adoção de auditoria voluntária, [52] encontram evidência para micro empresas finlandesas que as empresas que mais provavelmente adotam auditoria voluntária são as precisam de garantir o fornecimento de bens e serviços de fornecedores, que não têm problemas financeiros, estão a crescer, a gestão tem necessidade de credibilidade no reporte fiscal e a posse está dispersa. Também [11] analisa os determinantes de adoção de auditoria voluntária, mas neste caso de micro e pequenas empresas do RU. A motivação encontrada para a adoção de auditoria voluntária é a gestão e fatores da teoria da agência.

### III. METODOLOGIA

#### A. Amostra

A amostra é composta por pequenas empresas que sejam sociedades por quotas e que tenham optado por ter as suas demonstrações financeiras auditadas para o período de 2007 a

2014.<sup>2</sup> São excluídas empresas do sector bancário, de seguros e empresas públicas face às suas especificidades de relato [58]. A amostra inicial é de 27.992 observações, das quais são retiradas as observações para as quais não há dados (6.187), dos setores 1 e 5 do *SIC Code* (2.251) pois o modelo não tem capacidade preditiva, bem como os *outliers* ((3.769) valores acima do percentil 95% e abaixo do percentil 5%). A amostra para o cálculo dos acréscimos discricionários (DA) é de 15.785. A amostra para testar a hipótese é de 8.526 depois da redução de observações por falta de dados (6.800) e pelos *outliers* ((214) valores acima do valor absoluto da média mais de três vezes o desvio padrão). O resumo da definição da amostra é o da Tabela I. Os dados são obtidos da base de dados *Amadeus, Bureau van Dijk*.

TABLE I. AMOSTRA

	Observações	%
Inicial	27.992	100,0
Observações retiradas para os DA:		
Falta de dados	-6.187	-22,1
Empresas do setor 1 e 5 do <i>SIC Code</i>	-2.251	-8,0
<i>Outliers</i>	-3.769	-13,5
Amostra para os DA	15.785	56,4
Observações retiradas:		
Falta de dados	-6.800	-24,3
<i>Outliers</i>	-214	-0,8
Amostra final	8.771	31,3

### B. Hipóteses de investigação

A análise da auditoria, independente das características das firmas de auditoria ou do auditor, bem como de pequenas empresas e não cotadas não está muito estudado, pois os poucos estudos são os de [20] e [45] para o RU, de [31] para Espanha, de [49] para os EUA e de [50] para a Malásia. Em Portugal a adoção de auditoria voluntária só é possível para as microentidades e pequenas entidades<sup>3</sup> o que acaba por ser um curioso caso de estudo. Como nem todos os estudos têm um ambiente institucional como Portugal, em que forçosamente o estudo incide em pequenas empresas e nem todos relacionaram auditoria com a gestão de resultados surge a seguinte hipótese de investigação (H1) que relaciona a qualidade dos resultados com a auditoria voluntária:

H1: A auditoria voluntária melhora a qualidade dos resultados de pequenas empresas.

### C. Desenho de investigação

Para testar a hipótese usamos a regressão abaixo em que se relaciona como medida de qualidade de resultados os acréscimos discricionários (DA) com a variável de interesse que é a auditoria voluntária (VA) e as variáveis de controlo<sup>4</sup>:

$$|DA|_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 VA_{jt} + \alpha_2 SIZE_{jt} + \alpha_3 CHSALE_{jt} + \alpha_4 LEV_{jt} + \alpha_5 ROA_{jt} + \alpha_6 ID + \alpha_7 YD + \epsilon_{jt} \quad (1)$$

<sup>2</sup> Em Portugal as sociedades anónimas são obrigadas a ter as suas demonstrações financeiras auditadas, enquanto as sociedades por quotas só se ultrapassarem durante dois anos consecutivos dois dos três limites a saber (artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais): total de ativo de € 1 500 000,00; total de rendimentos de € 3 000 000,00; total de empregados em média durante o período de 50.

<sup>3</sup> Entendidas assim no âmbito do decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho que aprovou o novo modelo contabilístico para Portugal, designado de sistema de

As variáveis da equação (1) são as descritas na Tabela II.

TABLE II. DESCRIÇÃO E MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Painel A: variável dependente		
Variável	Descrição/mensuração	
DA	O valor absoluto dos acréscimos discricionários.	
Painel B: variáveis dependentes		
Variável	Descrição/mensuração	Sinal
VA	Variável dicotómica que assume o valor de 1 quando a empresa opta por auditoria voluntária e 0 quando não tem auditoria.	-
SIZE	Dimensão da empresa mensurada através do logaritmo natural do total ativo.	-
CHSALE	Alteração nas vendas calculada pelo quociente entre a variação nas vendas de dois períodos consecutivos e o total das vendas do período anterior.	+
ROA	Retorno dos ativos calculado pelo quociente entre o resultado líquido e o total do ativo.	+
LEV	Alavanca financeira calculada pelo quociente entre o passivo não corrente e o ativo.	±
ID	Variável <i>dummy</i> da indústria.	
YD	Variável <i>dummy</i> de períodos.	

Na mensuração da qualidade dos resultados usamos o valor absoluto dos acréscimos discricionários, baseados no modelo seccional de [37] modificado por [41], pois o modelo original de [37] pode apresentar erros de estimação [15]. Os acréscimos discricionários não são obtidos diretamente, mas pela diferença entre o total de acréscimos e os acréscimos normais esperados. Um valor elevado de acréscimos discricionários (DA) é evidência indireta de um comportamento de gestão de resultados e portanto de fraca qualidade dos resultados [25]. O valor absoluto dos resíduos da equação (2) é usado para mensurar os acréscimos discricionários:

$$ACCR_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 1/A_{jt-1} + \alpha_2 \Delta REV_{jt}/A_{jt-1} + \alpha_3 PPE_{jt}/A_{jt-1} + \alpha_4 ROA_{jt} + \epsilon_{jt} \quad (2)$$

em que ACCR é o total de acréscimos calculados usando itens do balanço (diferença entre variação dos ativos correntes (excluindo caixa e bancos) e a variação dos passivos correntes (excluindo empréstimos)), pois não está disponível na base de dados Amadeus o fluxo de caixa operacional; A é o total de ativo;  $\Delta REV$  é a alteração nos réditos (réditos do período corrente menos réditos do período anterior); e PPE é o valor bruto dos ativos fixos tangíveis. Todas as variáveis são divididas pelo total de ativo do período anterior para mitigar a heteroscedasticidade dos resíduos [58].

As outras variáveis que não DA e VA são variáveis de controlo conhecidas por afetar os acréscimos discricionários. A variável dimensão da empresa (SIZE) é incluída para controlo do efeito da dimensão da empresa na qualidade dos acréscimos [14] [60], porque as grandes empresas podem tentar reduzir a gestão dos resultados e assim reduzir pressões políticas [57].

normalização contabilístico (SNC), baseado nas International Financial Reporting Standards (IFRS), entretanto alterado pelo decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho, para os períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, que resultou da transposição da diretiva n.º 2013/34/EU.

<sup>4</sup> Os estimadores são assintóticos e seguem distribuição normal e não é necessário correr os testes para verificar os pressupostos dos estimadores seguem distribuição normal e não apresentarem heteroscedasticidade [59].

Alterações nas vendas (CHSALE) e o retorno dos ativos (ROE) são variáveis para controlo do desempenho da empresa [15] [60]. A variável alavanca financeira (LEV) é incluída porque as empresas muito endividadas podem por um lado ter incentivos para manipular os resultados, nomeadamente para obedecer a cláusulas contratuais [4] [21] [60], enquanto por outro lado, podem ter incentivos para reduzir a gestão de resultados para efeitos de renegociações contratuais com mutuantes [4]. Finalmente, incluímos duas variáveis *dummies*, uma de indústria e outra de períodos, para controlo dos efeitos fixos da indústria e dos períodos.

#### IV. RESULTADOS

De acordo com a Tabela III a média de empresas com auditoria voluntária é de 1,50 por cento das pequenas empresas, e a média (mediana) do ativo das empresas da amostra é 706 (750) mil euros e com uma relação entre passivo não corrente e ativo de 18 por cento.

TABLE III. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

	N.º	Média	Mediana	Desvio padrão
DA	8.771	0,179	0,100	0,216
VA	8.771	0,015	0,000	0,121
SIZE	8.771	6,561	6,622	0,589
CHSALE	8.771	0,024	0,020	0,278
ROA	8.771	0,000	0,000	0,000
LEV	8.771	0,182	0,138	0,167

Para analisar as correlações entre variáveis usamos o R de Pearson. A matrix de correlações é apresentada na Tabela IV e é usada para ver se há problemas de multicolinearidade. Todas as correlações estão bastante abaixo de 0,8, logo não é exetável que haja algum problema de colinearidade [38].

TABLE IV. MATRIZ DE CORRELAÇÕES

	DA	VA	LNTA	CHSALE	ROA	LEV
DA	1,000					
VA	-0,004	1,000				
LNTA	-0,145	0,051	1,000			
CHSALE	0,192	-0,039	-0,197	1,000		
ROA	0,038	-0,010	-0,054	0,152	1,000	
LEV	0,137	-0,018	0,002	0,014	-0,079	1,000

\* significativo a 1%; \*\* significativo a 5%; \* significativo a 10%.

Na Tabela V apresentam-se os resultados do modelo (equação (1)) em que se relaciona a gestão dos resultados com a auditoria voluntária. Apesar do coeficiente da variável auditoria voluntária VA ser positivo não se pode concluir que esta aumente os acréscimos discricionários e assim a gestão de resultados, pois o coeficiente não é estatisticamente significativo. Este resultado leva a concluir que a auditoria voluntária no caso de pequenas empresas não traz benefícios, pois tratando-se de pequenas empresas e com pouca visibilidade, e com pouco risco de litigância, reduz o esforço das firmas de auditoria. Todas as outras variáveis, que são de controlo, têm o sinal esperado, contudo a variável ROA não é estatisticamente significativa.

TABLE V. A GESTÃO DOS RESULTADOS E A AUDITORIA VOLUNTÁRIA

Variáveis	Predição	Coefficiente	Estatística
C		0,690	27,387 ***

VA		0,018	1,102
SIZE	-	-0,050	-13,846 ***
CHSALE	+	0,102	13,397 ***
ROA	+	7,356	1,176
LEV	±	0,190	15,439 ***
<i>Dummy</i> indústria			Incluído
<i>Dummy</i> períodos			Incluído
N			8.771
R <sup>2</sup> ajustado			0,228
F-statistic			153,570***

\* significativo a 1%; \*\* significativo a 5%; \* significativo a 10%.

#### V. CONCLUSÕES

A auditoria e o seu efeito na qualidade dos resultados de pequenas empresas é de extrema importância, pois na maior parte dos países esta é voluntária. A auditoria das pequenas empresas pode aumentar os custos sem benefícios associados, visto não serem empresas com muita visibilidade, a assimetria de informação é entre a gestão e as autoridades fiscais e mutuantes, e estes últimos podem obter informação de outra formas.

Estudando as pequenas empresas portuguesas, sociedades por quotas, as únicas em que até uma determinada dimensão, não são obrigadas a ter as suas demonstrações financeiras auditadas, analisa-se se a auditoria quando voluntária reduz a gestão de resultados. A amostra é relativa ao período de 2007 a 2014 e encontramos evidência de que não se pode concluir que a auditoria voluntária reduza a gestão de resultados. Esta conclusão pode dever-se ao facto das pequenas empresas não terem a visibilidade que as grandes empresas geralmente têm. Para além disso a os problemas de agência não são entre a posse e a gestão, mas normalmente entre a gestão e as autoridades tributárias bem como com os mutuantes, e por exemplo, estes últimos podem obter informação de outras formas que não através das demonstrações financeiras.

Este trabalho tem uma limitação que é a diferença na amostra, entre empresas sem auditoria e as empresas com auditoria voluntária.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Ball, R. & Shivakumar L., (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), pp. 83-128.
- [2] Balsam, S., Krishnan, J. & Yang, J. (2003). Auditor specialization and earnings quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 22(3), 71-97.
- [3] Bauwhede, H., Willekens, M. & Gaeremynck, A. (2003). Audit firm size, public ownership, and firms' discretionary accruals management. *The International Journal of Accounting*, 3(1), 1-22.
- [4] Becker, C., DeFond, M, Jiambalvo, J. & Subramanyam, K. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15 (1), 1-24.
- [5] Burgstahler, D. C., Hail, L., & Leuz, C. (2006). The Importance of reporting incentives: earnings management in European private and public firms. *Accounting Review*, 81(5), 983-1016.
- [6] Carey, P., Simnett, R., & Tanewski, G. (2000). Voluntary demand for internal and external auditing by family businesses. *Auditing: A Journal of Practise & Theory*, 19, 37-51.
- [7] Chaney, P., Jeter, D, & Shivakumar, L. (2004). Self-selection of auditors and audit pricing in private firms. *The Accounting Review*, 79(1), 51-72.
- [8] Chen, J. (2006). Development of Chinese small and medium-sized enterprises. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 13(2), 140-147.

- [9] Choi, J., Francis, C., Kim, J. & Zang, Y. (2010). Audit office size, audit quality, and audit pricing. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 29(1), 73-97.
- [10] Collis, J. (2010). Audit exemption and the demand for voluntary audit: a comparative study of the UK and Denmark. *International Journal of Auditing*, 14, 211-231.
- [11] Collis, J. (2012). Determinants of voluntary audit and voluntary full accounts in micro- and non-micro small companies in the UK. *Accounting and Business Research*, 42(4) 441-468.
- [12] De Franco, G., Gavigous, I, Richardson, G., & Jin, J. (2011). Do private company targets that hire *Big 4* auditors receive higher proceeds? *Contemporary Accounting Research*, 28(1), 215-262.
- [13] DeAngelo, L. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.
- [14] Dechow, P. & Dichev, I. (2002). The quality of accruals and earnings: the role of accruals estimation errors. *The Accounting Review*, 77, 35-59.
- [15] Dechow, P., Sloan, G. & Sweeney, A. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70 (2), 193-225.
- [16] Dechow, P., Sloan, R., & Sweeney, A. (1996). Causes and consequences of earnings manipulation: an analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. *Contemporary Accounting Research*, 13(1), 1-36.
- [17] Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Sistema de Normalização Contabilística.
- [18] Decreto-lei n.º 262/86, de 2 de setembro. Código das Sociedades Comerciais.
- [19] Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Sistema de Normalização Contabilística.
- [20] Dedman, E. & Kausar, A. (2012). The impact of voluntary audit on credit ratings: evidence from UK private firms. *Accounting and Business Research*, 42(4), 397-418.
- [21] DeFond, M. & Jiambalvo, J. (1994). Debt covenant violations and manipulations of accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 17 (1-2), 145-176.
- [22] Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho.
- [23] Ferguson, A. & Stokes, D. (2003). The effects of firm-wide and office-level industry expertise on audit pricing. *The Accounting Review*, 78 (2), 429-449.
- [24] Francis, J. (2004). What do we know about audit quality? *British Accounting Review*, 36(4), 345-368.
- [25] Francis, J., & Yu, M. (2009). Big four office size and audit quality. *The Accounting Review*, 84(5), 1521-1552.
- [26] Francis, J., Reichelt, K. & Wang, D. (2006). National versus office-specific measures of auditor industry expertise and effects on client earnings quality. In Working paper. University of Missouri-Columbia.
- [27] Francis, J., Reichelt, K., & Wang, D. (2005). The Pricing of national and city-specific reputations for industry expertise in the U.S. audit market. *The Accounting Review*, 80(1), 113-136.
- [28] Gul, F., Zhou, G. & Zhu, X. (2013). Investor protection, firm informational problems, big N auditors, and cost of debt around the world. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 32(3), 1-30.
- [29] Healy, P., & Wahlen, J. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383.
- [30] Hope, O., Langli, J., & Thomas, W. (2012). Agency conflicts and auditing in private firms. *Accounting, Organizations, and Society*, 37, 500-517.
- [31] Huguet, D., & Gandia, J. (2016). Audit and earnings management in Spanish SME. *Business Research Quarterly*, 19, 171-187.
- [32] IASB (2009). IFRS for SMEs – Project history. [ifrs.org/IFRS-for-SMEs/history/Pages/History.aspx](http://ifrs.org/IFRS-for-SMEs/history/Pages/History.aspx).
- [33] IFAC (2010). The role of small and medium practices in providing business support to small and medium-sized enterprises. [ifac.org/system/files/publications/files/the-role-of-small-and-medium.pdf](http://ifac.org/system/files/publications/files/the-role-of-small-and-medium.pdf).
- [34] Jarvis, J., & Collis, J. (2002). Financial information and the management of small private companies. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 9(2), 100-110.
- [35] Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- [36] Jeong, S. & Rho, J. (2004). Big six auditors and audit quality: the Korean evidence. *The International Journal of Accounting*, 39(2), 175-196.
- [37] Jones, J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29, 193-228.
- [38] Judge, G., Hill, R., Griffiths, W., Lutkepohl, H. & Lee, T. (1988). *Introduction to the theory and practice of econometrics*. New York, Wiley.
- [39] Kim, J., Simunic, D., Stein, M., & Yi, C. (2011). Voluntary audits and the cost of debt capital for privately held firms: Korean evidence. *Contemporary Accounting Research*, 28(2), 585-615.
- [40] Knechel, W., Robert, Salterio, S., & Brian, B. (2007). *Auditing: assurance and risk (3<sup>rd</sup> Edition)*. Mason: Thomson South-Western.
- [41] Kothari, S., Leone, A., & Wasley, C. (2005). Performance matched abnormal accrual measures. *Journal of Accounting Economics*, 39 (1), 163-197.
- [42] La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., & Shleifer, A. (1998). Law and finance. *Journal of Political Economy*, 106(6), 1113-1155.
- [43] La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. (2000). Investor protection and corporate governance. *Journal of Financial Economics*, 58(1), 3-27.
- [44] Langli, J., & Svanström, T. (2013). Audits of private firms. In Working paper. Center for corporate Governance Research.
- [45] Lennox, C. & Pittman, J. (2011). Voluntary audits versus mandatory audits. *The Accounting Review*, 86(5), 1655-1678.
- [46] Lennox, C., Wu, X., & Zhang, T. (2014). Does mandatory rotation of audit partners improve audit quality? *The Accounting Review*, 89(5), 1775-1803.
- [47] Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69, 505-527.
- [48] Minnis, M. (2011). The value of financial statement verification in debt financing: evidence from private U.S. firms. *Journal of Accounting Research*, 49(2), 457-506.
- [49] Mustapha, M., & Yean, C. (2013). Demand for voluntary audit by small companies in Malaysia. *Malaysian Accounting Review*, 12(2), 73-88.
- [50] Navarro, J. & Martínez, I. (2004). Earnings management and audit quality in Spain: an empirical study. *Revista Española de Financiación Y Contabilidad*, 33(123), 1025-1061.
- [51] Nobes, C. W. (1983). A judgemental international classification of financial reporting practices. *Journal of Business Finance & Accounting*, 10(1), 1-19.
- [52] Ojala, H. Collis, J., Kinnunen, J., Niemi, L., & Troberg, P. (2016). The demand for voluntary audit in micro-companies: evidence from Finland. *International Journal of Auditing*, 20, 267-277.
- [53] Piot, C., & Janin, R. (2007). External auditors, audit committees and earnings management in France. *European Accounting Review*, 16(2), 429-454.
- [54] Rodríguez, M., Alegría, S. & Torres, P. (2008). Do banks value audit reports or auditor reputation? Evidence from private Spanish firms. In Working paper. SSRN.
- [55] Sharma, P., & Carney, M. (2012). Value creation and performance in private family firms: measurement and methodological issues. *Family Business Review* 25(3), 233-242.
- [56] Tendeloo, B., & Vanstraelen, A. (2008). Earnings management and audit quality in Europe: evidence from the private client segment market. *European Accounting Review*, 17(3), 447-469.
- [57] Watts, R. & Zimmerman, J. (1986). *Positive accounting theory*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- [58] White, H. (1980). A heteroscedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroscedasticity. *Econometrica*, 48(4), 817-838.
- [59] Wooldridge, J. (2013). *Introductory Econometrics: A Modern Approach (5th Edition)*. Mason, USA: South-Western Cengage Learning.

[60] Young, S. (1999). Systematic measurement error in the estimation of discretionary accruals: an evaluation of alternative modelling procedures. *Journal of Business Finance and Accounting*, 26 (7/8), 833-862.